

# NACIONALISMO E TRADIÇÃO NA PRÁTICA DISCURSIVA DE FERNANDO DE AZEVEDO

Diana Gonçalves Vidal\*

**RESUMO:** Durante a direção da Instrução Pública do Distrito Federal, no período de 1927 a 1930, Fernando de Azevedo preocupou-se em organizar a *praxis* educativa do município no sentido de produzir, no educando, o nacional e, no interior das instituições escolares, o espírito nacionalizante. Para efetivar esta proposta político-educacional, serviu-se de uma prática discursiva de apego à tradição brasileira, simbolizada na escolha do estilo neo-colonial para a edificação das escolas.

**UNITERMOS:** nacionalismo; neo-colonialismo; arquitetura; Distrito Federal (1927-1930); trabalhador; cidadão e imigrante.

Em 1927, Fernando de Azevedo foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal<sup>1</sup>. Ao assumir o cargo, assessorado por comissão de educadores<sup>2</sup>, elaborou um projeto de reforma educacional para o município carioca, promulgado em janeiro do ano seguinte. O texto legal dispunha sobre o ensino primário e profissional.

Na introdução ao projeto<sup>3</sup>, Azevedo, ao discorrer sobre os princípios norteadores de sua administração, vinculava a proposta reformista às concepções da *Escola Nova*, afirmando-se admirador de Jorge Kerschensteiner, Pestalozzi, Dewey e Decroly. Dispunha-se a renovar a escola do Distrito Federal, assentando-a sobre novas bases. Contrário ao ensino teórico e livresco, “tradicional”, valorizava “...o sistema escolar adaptado à nova concepção social baseada no desenvolvimento crescente das ciências e das indústrias e na expansão correlata das classes operá-

\* Doutoranda em História da Educação na Faculdade de Educação/USP.

1. Portaria de 17 de janeiro de 1927, assinada pelo Prefeito Antonio Prado Jr. (IEB. Arquivo Fernando de Azevedo, Série Documentos Pessoais, Caixa 1, Doc. 13.)
2. Renato Jardim, Jonathas Serrano, Paulo Maranhão, Maria dos Reis Campos, Sud Menucci e Frota Pessoa.
3. Discurso pronunciado a 8 set. 1927, por Fernando de Azevedo, no salão do Jockey Club, no Rio de Janeiro. In: *A Instrução Pública no Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Mendonça, Machado, 1927. p. 9-28.

rias"<sup>4</sup>, tornado possível pela incorporação dos conceitos escolanovistas à prática educativa. No dizer do Diretor Geral, a escola renovada tinha a "nova" missão de ajustar o aluno à comunidade, como elemento dinâmico e reformador, rompendo o hiato que a instrução livresca havia produzido entre a instituição escolar e a sociedade, através da educação integral da criança, realizada pelo trabalho.

"A escola socializada, reconstituída sob a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa de cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classe"<sup>5</sup>.

O escolar era preparado para cumprir com seus deveres cívicos, a partir de sua inserção no mercado de trabalho, possibilitada e aprimorada pela educação: na escola primária desenvolvia-se o apreço à disciplina, cooperação e solidariedade; nos cursos pré-vocacionais, reconheciam-se aptidões; finalmente, na escola secundária, burilavam-se as vocações, através do ensino profissionalizante.

A fala de Azevedo sintetizava uma proposta político-educacional de cunho nacionalizante. Sociedade, para ele, era uma face do Estado, e "...escola, uma instituição da sociedade, a que deve servir"<sup>6</sup>, com o fim principal de "enraizar o operário às oficinas, o lavrador à terra e o pescador às praias, fazendo-os compreender e amar com o trabalho produtivo a vida intensa das fábricas, a tranqüila vida rural ou a vida valorosa das grandes pescarias..."<sup>7</sup> A função social do indivíduo era assim percebida:

"cada aluno deve, na ordem das coisas transformar-se à sua hora num 'fator de produção'; a sua vida é por assim dizer hipotecada ao Estado, isto é, à 'comunidade socialmente organizada' de que a família é parte integrante. Se morre ou se torna estéril por moléstia, a sociedade com a qual contraiu uma dívida no período de educação, sofre uma perda irreparável com a morte, ou grave com a redução do rendimento do seu trabalho, com que aumenta, na proporção de sua eficiência e duração, a riqueza social e econômica do Estado"<sup>8</sup>.

4. *Op. cit.* p. 16.

5. *A reconstrução educacional no Brasil, ao povo e ao governo. Manifesto dos pioneiros da educação nova.* São Paulo, Nacional, 1932. p. 113.

6. Discurso pronunciado a 8 set. 1927, por Fernando de Azevedo, no salão do Jockey Club, no Rio de Janeiro. In: *A Instrução Pública no Distrito Federal.* p. 16.

7. *Op. cit.* p. 18.

8. AZEVEDO, F. Reforma no Distrito Federal. *Educação*, v. 1, n. 1, p. 93, out. 1927.

A escola, portanto, era concebida como lugar de produção do trabalhador brasileiro. Da sua atuação eficaz dependia a riqueza nacional. No entanto, confrontava-se com um problema: a incorporação das massas imigrantes. O Rio de Janeiro, na década de 1920, era a cidade com maior concentração industrial do país<sup>9</sup>. Na composição da população carioca mesclavam-se elementos de várias origens, sendo o contingente trabalhador marcado pela diversidade cultural. Fernando de Azevedo reconhecia a necessidade de cooptar esta parcela da população para a causa brasileira.

"Somos um país de imigração, diz-nos, e todo o nosso esforço organizador deve ser conduzido, tomando em conta o elemento estrangeiro, a que nos ligam não apenas relações intelectuais ou sentimentos, mas sobretudo, *contingências étnicas e econômicas*. Da obra de educação depende transformarem-se ou não as formidáveis massas imigratórias em *energias colaboradoras harmoniosas da nossa cultura em formação*. (...) A criança estrangeira, ou de descendência estrangeira, será do mesmo modo induzida a entender e estimar os nossos costumes, a nossa inteligência, o *nosso ritmo político* - amoldadas pela pureza e constância dos aspectos de influência expressos no ambiente escolar, resultando daí a *assimilação do elemento estrangeiro, como um dos intuitos primordiais do sistema de educação*" <sup>10</sup>(grifos meus).

Para não submergir ao caudal de culturas, o país via-se diante de um dilema: "Educar-se ou desaparecer". Neste contexto, desempenhava papel primordial a educação pública, pois realizaria

"...pela escola do trabalho educativo, a preparação eficaz para o trabalho produtivo, sem esquecer as necessidades específicas de um povo em formação, que exige a sua reforma em bases brasileiras, como força de *coesão política e elemento consolidador de nossa composição étnica heterogênea, acentuada cada vez mais pelas correntes imigratórias*" <sup>11</sup>(grifos meus).

O problema que se colocava, na ótica de Fernando de Azevedo, a sua atuação administrativa, era como imprimir à educação este cunho nacionalizante, capaz de submeter as diversas influências estrangeiras a um ideal de brasilidade, sintetizador das diferenças individuais e produtor de um imaginário coletivo de reconhecimento do ser brasileiro. Ou seja, impedir a Pátria de "desaparecer". O discurso sobre a construção da nacionalidade não era exclusivo dos educadores das décadas de 20 e 30, no Brasil<sup>12</sup>. Os empresários, também, preocupavam-se com a formação do

9. GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 32.

10. Entrevista concedida a *A noite*, Rio de Janeiro, 24 mai. 1927.

11. Discurso pronunciado a 8 set. 1927, por Fernando de Azevedo, no salão do Jockey Club, no Rio de Janeiro. In: *A Instrução Pública no Districto Federal*. p. 26-27.

12. A fala de Azevedo sintonizava-se com a de outros educadores do período, como ressaltou Marta M. C. de Carvalho, em *Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação*

*trabalhador nacional*. Escaldados com a rebeldia do movimento operário, repudiavam as influências exógenas, valorizando um tipo ideal de trabalhador, solidário e cooperativo, associado à figura do nacional<sup>13</sup>.

A disputa se inseria no campo da representação. O estrangeiro que, no século XIX, tinha emergido como solução necessária ao branqueamento da raça, condição de progresso étnico, e por conseguinte, social – segundo o discurso da época – passara a ser concebido como subversivo e pervertor da ordem, propagandeador de idéias incompatíveis com a construção sadia da nação brasileira<sup>14</sup>. Sua influência deveria ser expurgada em defesa da pátria. Por parte das elites políticas, construía-se um discurso de negação da rebeldia brasileira, produzindo o cidadão modelar, cumpridor dos deveres cívicos, cooperador do Estado, membro de uma sociedade sem conflitos de classe, em perfeita harmonia de interesses. Imagem vencedora, consolidada após a revolução de 1930, com a criação do Estado Novo, perdurou, inclusive na fala dos intelectuais e historiadores, até a década de 1970, quando começou a ser questionada pelas greves paulistas do ABC<sup>15</sup>.

Na busca de elementos constitutivos de brasilidade, o recurso à tradição. A produção de um *tradicional brasileiro* – supostamente ponto de origem da nossa cultura e retorno imprescindível para sua salvação – pareceu responder aos anseios da construção do espírito nacional. Exemplar para esclarecer estas alianças - nacional/tradicional e educação/arquitetura – foi a prática de edificação escolar empreendida pela reforma azevediana no Distrito Federal.

Ao todo, entre 1927 e 1930, foram edificadas 9 prédios, numa média de 2 prédios/ano, dentre eles as Escolas Argentina, Estados Unidos, Uruguai, Antonio Prado Jr. e Normal<sup>16</sup>. Todos vazados no estilo *neo-colonial*, que simbolizava a

Brasileira de Educação (1924-1931). São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

13. Na década de 30, podemos perceber como reforço a este modelo a imagem do "homem cordial": "Já se disse numa expresso feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o 'homem cordial'. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes to gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padres de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. (...) No 'homem cordial', a vida em sociedade e, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa." (HOLANDA, S.B. de. *Raízes do Brasil*. 1. ed. 1936, Brasília, Ed. UnB, 1963. p. 136-8.)
14. Na comunicação A construção do conceito de nacionalidade: uma reforma educacional na capital brasileira (1927-1930), apresentada no ISCHE XV, realizado na Universidade de Lisboa, de 21-25 jul. 1993, alongo a discussão, que deixo apenas indicada neste texto.
15. PAOLI, M.C., SADER, E. e TELLES, V. da S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista brasileira de História*, n. 6, p. 129-149, set. 1983.
16. A proposta defendida por Azevedo era a de construção de 100 prédios escolares. (*O Jornal*, 23 out. 1927.)

reconciliação do Brasil moderno com seu passado artístico e cultural. A arte, para Fernando de Azevedo, tinha uma função peculiar. Embelezando o ambiente escolar, como recreio, recriação, renovação da mentalidade embotada pelas tarefas cotidianas, refazia no aluno as condições psicológicas de aprendizagem<sup>17</sup>, e, ainda, contribuía em sua educação, pois

“...para o povo nada tem sentido mais profundo que a arte, daí ser instrumento de formação moral e espiritual do povo. A imaginação popular exalta o passado e dá relevo às figuras históricas. A arte popular toma da realidade os tipos, purifica-os e os sublima, criando heróis.(...) Para a formação do espírito nacional a arte pode concorrer mais do que a própria história”<sup>18</sup>.

Por isso, apesar de, já à época, sentirem-se, no Brasil, os ventos da moderna arquitetura internacional, com linhas simples, desapego à ornamentação excessiva e unidade entre forma e função, o Diretor Geral optou por imprimir aos novos prédios escolares a feição *neo-colonial*. Explicou-se:

“A nova política de educação que a reforma introduziu no Brasil tinha de forçosamente trazer, como resultado, uma nova política de instalações escolares.(...) Podia parecer, à primeira vista, que a construção de escolas conforme a arquitetura tradicional colidia com o espírito francamente revolucionário da reforma, com que mais se harmonizava a arquitetura moderna, livre de qualquer tradição. Mas esta solução não a indicava apenas a necessidade política de congregar, no ambiente da escola, todos os elementos tradicionais, capazes de vincular as novas gerações, num povo em formação, à sua terra, à sua gente e aos seus antepassados. Se é verdade que um indivíduo, na civilização atual, se vai subtraindo cada vez mais às influências de determinado agrupamento, para se submeter, como cidadão do mundo, às influências universais, não é menos verdade que o único meio de cultivar a nossa personalidade, e enraizá-la na tradição nacional, e nutrir a nossa alma daqueles que nos precederam sobre a terra hereditária, é continuá-los e prolongá-los. Longe de entrar em conflito com a escola nova, a nova política de instalações escolares se subordinava também por esta forma, a um de seus princípios fundamentais, ‘o princípio do meio imediato’, segundo o qual se deve assentar a base da educação, como verdadeira ciência da vida e da pátria, na experiência da vida regional e no conhecimento do meio ambiente, das coisas, da tradição e das atividades circundantes”<sup>19</sup>.

17. AZEVEDO, F. A arte como instrumento de educação popular na Reforma. In: *Obras completas: novos caminhos, novos fins. A nova política de educação no Brasil*. Vol. VII. São Paulo, Melhoramentos, s/d. p. 119 e seg.

18. *Op. cit.* p. 120.

19. *Op. cit.* p. 124-125. No cabe, nos limites deste artigo, discutir detalhadamente as afirmações de Azevedo quanto ao caráter revolucionário da Escola Nova. Basta ressaltar que em *A cultura brasileira*, identificou escolanovismo a novo, definindo-o em oposição a velho, ensino verbalista, e a perigoso, teorias subversivas – leia-se comunismo e anarquismo. A revolucionária posição da Escola Nova devia-se aos questionamentos que realizava à educação livresca, mas, nunca, a qualquer tipo de problematização da

O discurso ameno de defesa da arquitetura tradicional encontrava seu contraponto, inflamado, na matéria "*Arquitetura Colonial I*", introdução ao inquérito sobre arquitetura que executou a pedido d' *O Estado de S. Paulo*, em 1926, antes de receber o convite para ocupar a Diretoria de Instrução do Distrito Federal<sup>20</sup>.

"A reação tradicionalista em arquitetura, com ser também um aspecto desse movimento de nacionalismo que procura afirmar-se, e antes de tudo, porém uma renascença do bom senso e do gosto artístico de que se despojaram, na sua maior parte, as obras modernas dominadas inteiramente pela sedução dos catálogos parasitas da arte e pelas preocupações quase exclusivas de subordinar as formas às necessidades utilitárias. Os olhos fatigados com essa policromia berrante de estilos que parecem transformar certos bairros em mostruários internacionais de arquitetura, pedem, não só o repouso mas para as mais puras emoções estéticas, alguma coisa que seja produto da terra e, falando de nossas origens e de nossa história, traga a expressão da consciência nacional com suas tendências e qualidades"<sup>21</sup>.

Tanto neste artigo, quanto nas demais entrevistas publicadas no inquérito, a exceção da realizada com Alexandre de Albuquerque, que fugiu totalmente à retórica de elogio à arquitetura colonial, o tradicionalismo se colocava como a antítese do cosmopolitismo, influência *dissolvente* sofrida pelos "povos em formação obrigados, para se desenvolverem, a procurar o enxerto de levas imigratórias"<sup>22</sup>; afirmando-se como sinônimo de patriotismo.

O cosmopolitismo, tratado como um mal por Azevedo, no texto do inquérito, fora aceito como fato no artigo sobre arte. No curto espaço que distanciava os dois discursos, um deslocamento na forma de abordar o estrangeiro: de afastamento

sociedade capitalista, no seio da qual produziu e disseminou seus princípios, agindo, inclusive, como arma eficaz de combate às demais práticas educativas, consideradas perversoras da ordem social. Vale ressaltar que, entre 1932 e 1935, Anísio Teixeira ocupou igual cargo de Azevedo no Distrito Federal, dedicando-se, também, à edificação escolar, elegendo, entretanto, a arquitetura moderna como suporte para disseminação de sua prática educativa. (AZEVEDO, F. *A cultura brasileira*, São Paulo, Melhoramentos, 1943. p. 669 e seg.).

20. O inquérito consistiu de entrevistas com os engenheiros Ricardo Severo, Wash Rodrigues e Alexandre de Albuquerque e com o médico José Marianno Filho, além de dois artigos iniciais, escritos, por Fernando de Azevedo, a título de introdução e dois finais, de conclusão. Os artigos e entrevistas foram publicados em *O Estado de S. Paulo*, durante o mês de abril de 1926. Podem ser encontrados no Centro de Apoio à Pesquisa em História, Sérgio Buarque de Holanda, Faculdade de História, USP, com a seguinte distribuição: 13 abr. e 14 abr., introdução, com os títulos *Arquitetura Colonial I* e *II*; 15 abr., entrevista a Ricardo Severo, *Arquitetura Colonial III*; 16 abr., entrevista a Wash Rodrigues, *Arquitetura Colonial IV*; 17 abr., entrevista a Alexandre de Albuquerque, *Arquitetura Colonial V*; 21 abr., entrevista a José Marianno Filho, *Arquitetura Colonial VI*; 29-30 abr., conclusão, *Arquitetura Colonial VIII* e *IX*. Provavelmente, entre 24-25 abr., houve uma quinta entrevista que não pude recuperar, pois não estavam arquivados os diários referentes às datas. Os artigos serão citados apenas pela data e página em que foram localizados.

21. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 abr. 1926. p. 4.

22. *Op cit.* loc. cit.

passou à assimilação; na perspectiva de que o convívio com os valores tradicionais brasileiros, permitido pela educação nacionalizante, fosse no conteúdo das aulas, no exemplo do professor, ou nos símbolos criados e difundidos pela administração pública, adaptaria o outro ao modelo de nacional.

A arquitetura colonial afirmava os valores tradicionais, através da monumentalidade das construções. Na interessante carta que remeteu José Marianno Filho a *O Estado de S. Paulo*, publicada como parte do inquérito, afirmava que "se os arquitetos encontram atualmente dificuldades em projetar pequenas composições de arquitetura doméstica vazadas no estilo tradicional, não devemos recriminar o estilo, mas as dimensões exíguas do terreno"<sup>23</sup>(sic). No dizer de Azevedo, o *neo-colonial* poderia imprimir aos edifícios públicos imponência e visibilidade, destacando-os dos demais prédios e transformando-os em signos de poder. A construção de escolas neste estilo aliava uma preocupação estética-nacionalizante a uma necessidade de propaganda e difusão do pensamento reformista. Os monumentos, erguidos pelo diretor, revelavam uma nova concepção educacional. Era importante a escola diferenciar-se da aparência cotidiana e doméstica das construções. Deveria "...impressionar, causar admiração e fazer aflorar sentimentos, emocionar, como os espaços da boa arquitetura religiosa"<sup>24</sup>. Como, também, deveria demonstrar que educar era tarefa de profissionais. A edificação de escolas-monumento efetuaria a necessária separação entre a esfera doméstica-popular e a técnico-científica.

Esta função emocional da arquitetura escolar foi realçada por José Marianno<sup>25</sup>:

"A escola pública deveria constituir um verdadeiro padrão arquitetônico, quer sob o ponto de vista do ajustamento do estilo às necessidades sociais e pedagógicas da população infantil, quer sob o ponto de vista espiritual, isto é, da significação histórica do estilo preferido. Na tese que defendi no Segundo Congresso Nacional de Educação (*Da arquitetura, como fator de nacionalização*) chamei a atenção dos poderes públicos para o problema arquitetônico nacional, insistindo sobre a influência exercida

23. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 abr. 1926. p.4.

24. WOLFF, S.F.S. *Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, p. 52.

25. José Marianno Filho, médico, dedicado ao estudo da arquitetura colonial, diretor do Instituto Brasileiro de Arquitetos e, depois, do Instituto Central de Arquitetos, nos anos 20, parece ter sido uma referência constante de Fernando de Azevedo na normalização e implantação de sua proposta arquitetônica. Na entrevista que concedeu a *A Noite*, publicada em 24 mai. 1927, Fernando afirmou, ao discorrer sobre o inquérito de arquitetura: "O sr. José Marianno Filho é de alguma forma o chefe da campanha.(...) O seu depoimento pareceu-me o mais consciencioso, exato e profundo, seja pela compreensão prática, seja pela interpretação artística e mesmo filosófica." Elogio, aliás, que no passou despercebido. Marianno, em carta datada de 27 mai. 1927, cita a entrevista, agradecendo as palavras do amigo. (IEB. Arquivo Fernando de Azevedo, Série Correspondência Passiva, Caixa 16, Doc. 96.)

entre crianças pela arquitetura escolar. (...) *Na idade escolar, as impressões plásticas se fixam, de modo indelével*"<sup>26</sup>(grifos meus).

A arquitetura, assim, poderia revestir de poder simbólico a atuação da Diretoria Geral de Instrução Pública. Pelo didatismo impresso na pedra, através de elementos do passado colonial, mesclados a uma percepção de espaço escolanovista, e pela monumentalidade do edifício, projetando sobre a cidade a força de uma nova categoria de técnicos da educação, o *neo-colonial* cumpria a função de criar a imagem de ruptura com as práticas educativas passadas, sendo portador do signo da renovação.

Percebendo as várias possibilidades oferecidas pela arquitetura tradicional, Fernando de Azevedo intervia, diretamente, na elaboração dos planos das escolas públicas. Nenhum projeto poderia ser executado sem a "expressa aprovação do Diretor Geral da Instrução Pública", como rezava o Art. 261, Título VI, do Decreto 3.281, de 23 de janeiro de 1928. Antecipava, inclusive, normas a serem observadas no momento de criação. Por exemplo, em entrevista ao jornal *A noite*, assim manifestava suas expectativas com relação ao projeto da Escola Normal, antes mesmo que fosse realizado o concurso para sua escolha: "O edifício terá um pátio central, no andar térreo, ponto de confluência da população escolar, circundado com colunas em arcarias. No primeiro andar, na parte correspondente a esse pátio, uma loja com colunas guarnecidas de balcões. No terceiro andar, em sítio correspondente, a mesma disposição." Exatamente como foi construído.

O depoimento de José Marianno Filho era significativo.

"O ilustre sr. Fernando de Azevedo estabeleceu, nas próprias condições do edital de concorrência, que o projeto deveria inspirar-se na arquitetura tradicional brasileira. É que não passou despercebida ao ilustre educador a significação cívica da escolha do estilo tradicional brasileiro num edifício onde se vai plasmar a mentalidade de milhares de jovens patricios. (...) O edifício da Escola Normal será depois de construído, a única nota arquitetônica interessante da cidade, único edifício que poderemos mostrar aos estrangeiros com orgulho, porque é genuinamente nosso"<sup>27</sup>.

Toda idealizada a partir do claustro, a Escola Normal do Distrito Federal foi um exemplo da monumentalidade da arquitetura escolar. As dimensões da fachada do edifício, fora de escala humana, contrastando com o interior, ergonomicamente projetado, induziam a percepção da escola como lugar do sagrado, e do saber, como ideal atingível pela ascese individual. Tal qual as igrejas, a escola era um local de culto.

26. MARIANNO FILHO, J. *Arquitetura escolar*. In: *Op. cit.* Coleção de artigos publicados entre 1920 a 1940, no jornal *A noite*. Rio de Janeiro, 1943. p. 75.

27. MARIANNO FILHO, J. *Sobre o novo edifício da Escola Normal*. In: *Op. cit.* p. 50-51.



Geometricamente proporcionada, a fachada era composta por rebatimento de prédios (Foto 1)<sup>28</sup>. A entrada principal, com acesso previsto de carros nas duas laterais, ficava no alto de uma escadaria, ornada por jardins. Entradas secundárias, nas duas extremidades, davam passagem independente ao ginásio de esportes e ao auditório, serviços que oferecia a escola à comunidade. Assim, não havia necessidade de contato da população com o interior do prédio para utilização dos anexos; e, se prevista a entrada principal para chegada a estes edifícios, o deslocamento em um eixo perpendicular ao portão impedia que as pessoas ultrapassassem o átrio de entrada.

A administração, localizada no corpo central, no segundo piso, assomava-se em sacada para o pátio interno. Destacada por frontão, na fachada, impunha sobre a vizinhança a ascensão dos valores educacionais. Debruçada sobre o pátio, acessível através de dois andares de escadarias, desenhadas a par, trazia à visibilidade a hierarquia das funções administrativas no processo educacional, e expunha os alunos ao olhar constante de inspetores, professores e diretor, que colocados na balaustrada conseguiam, em um relance, percorrer todos os corredores da escola (Foto 2)<sup>29</sup>.

No centro da construção, uma fonte (Foto 3)<sup>30</sup>. Elemento constante nas construções em estilo *neo-colonial*, encontrável, também na Escola Antonio Prado Júnior e no solar brasileiro, residência construída por José Marianno Filho, cujas fotos foram publicadas por *O Estado de S. Paulo*, ilustrando seu depoimento para o inquérito.

Os banheiros, dispostos no interior do edifício, demonstravam a vitória dos princípios higiênicos, pelo aprimoramento das condições sanitárias das construções. Situados na parte posterior do prédio, sublinhavam uma hierarquia funcional. À frente, a administração, o cérebro. Nas laterais, as salas de aula, o trabalho. No fundo, os banheiros, o corpo.

Construída em elogio à tradição, a Escola Normal serviu de suporte a signos de nacionalidade. Corporificou o que Azevedo concebia por civismo e moral: apego às manifestações culturais do passado colonial, tido como fonte de brasilidade; e sobriedade do edifício, simbolizando contrição, proibidade e controle da paixões.

28. IEB. Arquivo Fernando de Azevedo, Pasta 2, Fotog. n. 45. Azevedo preocupou-se em fixar fotograficamente etapas do processo construtivo das escolas, bem como o produto final, em detalhes. Estas fotos podem ser encontradas no Arquivo Fernando de Azevedo, IEB, USP. Durante a administração carioca, divulgou as fotografias através do *Boletim de Educação Pública*, órgão da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, criado pelo Decreto 3.281, de 23 jan. 1928, da reforma azevediana. No Ano I, n. 1, jan./mar. 1930 publicou 21 fotos, sendo 3 da Escola Estados Unidos, 5 da Escola Antonio Prado Jr., 3 da Escola Argentina, 3 da Escola Paulo de Frontin, 2 da Escola Uruguaí, 2 da Escola Profissional Rivadavia Correa, 1 da Escola José de Alencar e 2 do projeto da Escola Normal. No Ano I, n. 2, abr./jun. 1930, 16 fotografias: 2 da Escola Argentina, 10 da Escola Antonio Prado Jr. e 4 da Escola Estados Unidos. No Ano I, n. 3, jul./set. 1930: 12 fotos da Escola Estados Unidos e 4 fotos da Escola Prado Jr. Finalmente, no Ano I, n. 4, out./dez. 1930, 21 fotos da Escola Normal.

29. IEB. Arquivo Fernando de Azevedo, Pasta 2, Fotog. n. 47.

30. IEB. Arquivo Fernando de Azevedo, Pasta 2, Fotog. n. 49.

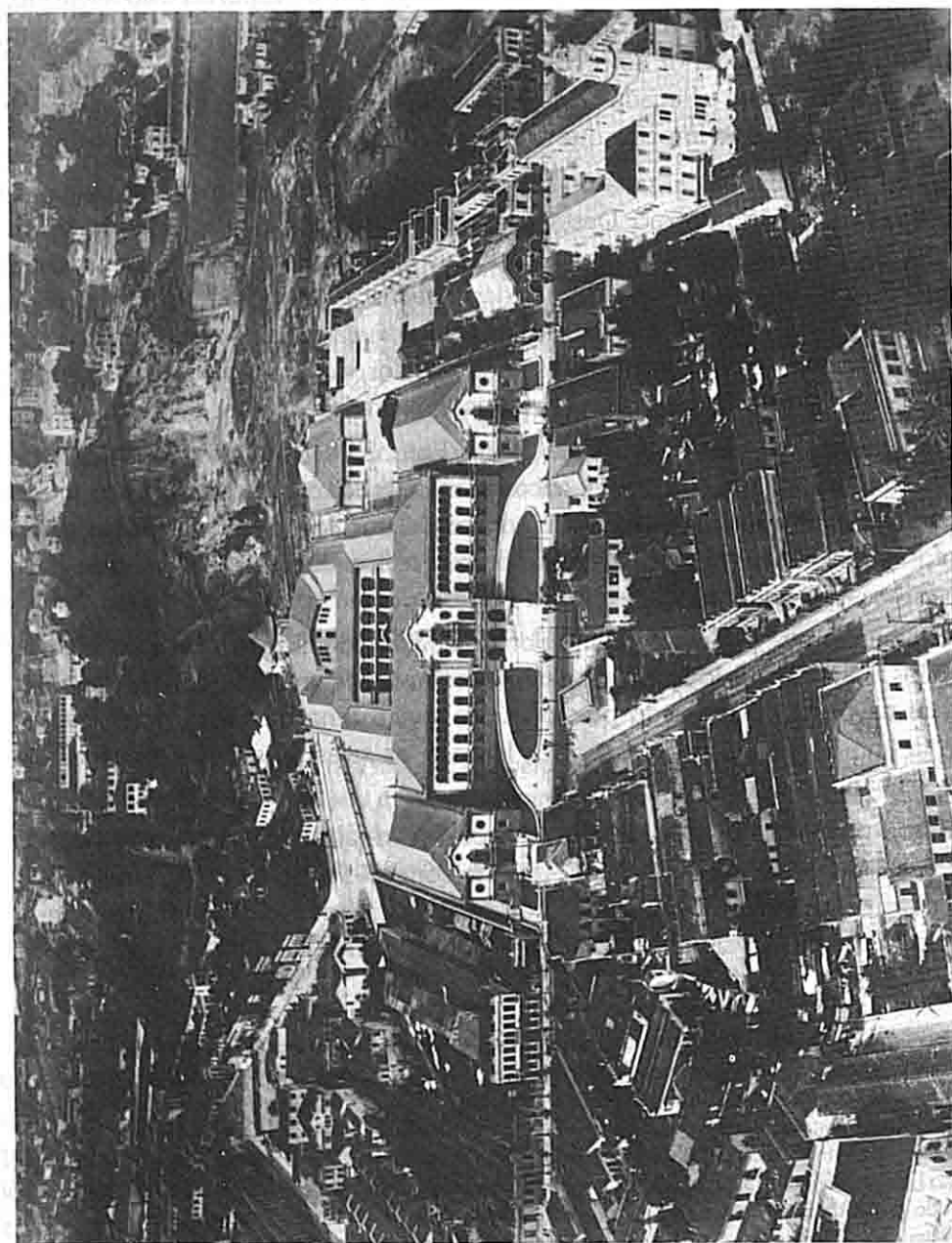


Foto 1: Escola Normal do Distrito Federal: o deslocamento do ponto de vista nos permite conhecer o conjunto do edifício.



Foto 2: Escola Normal do Distrito Federal: debruçados sobre a varanda do 2º andar, podemos ver a tribuna de honra e a sacada da sala do diretor.

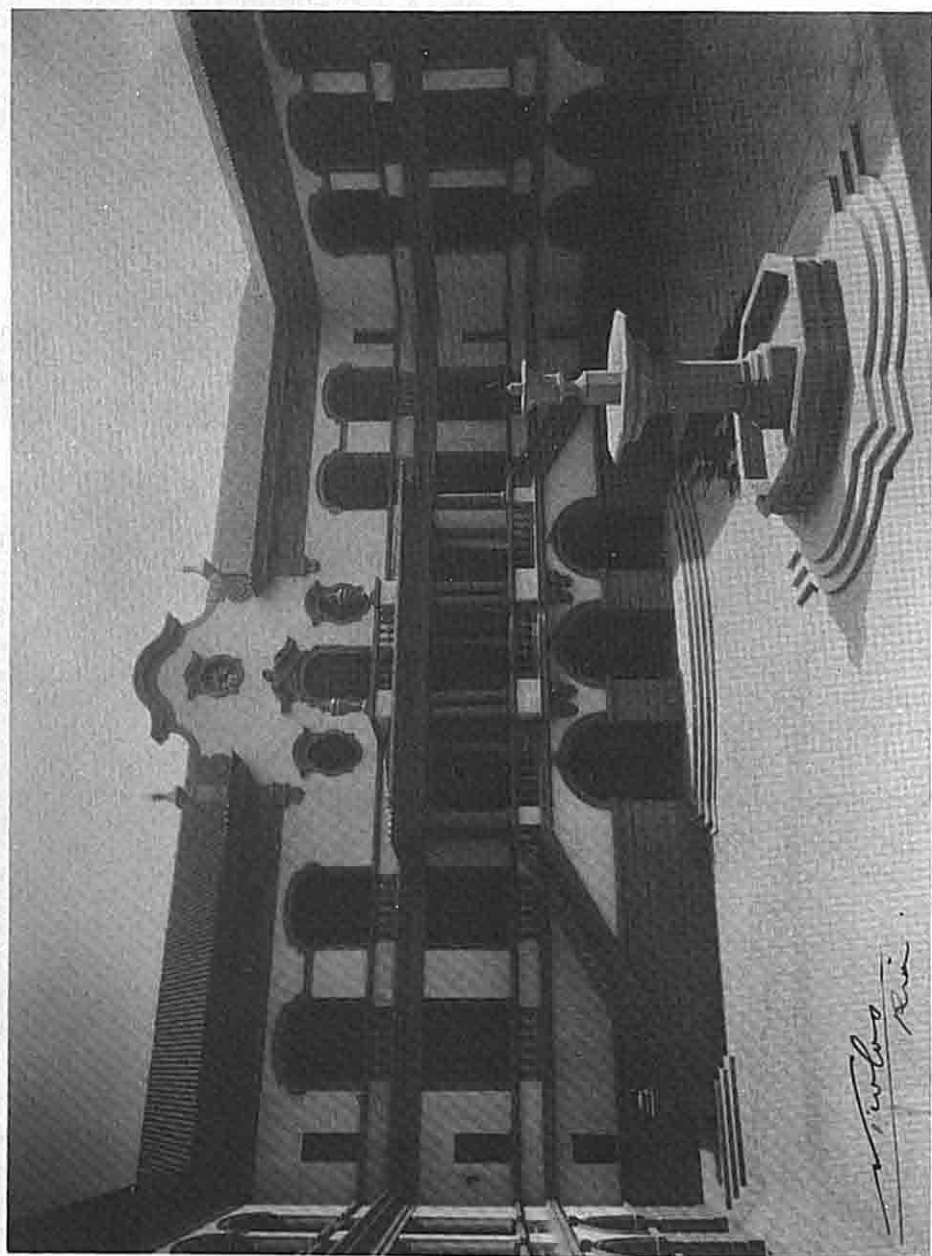


Foto 3: Escola Normal do Distrito Federal: a fonte ornamenta o pátio interno. Nosso olhar é guiado através da arcaria.

Não apenas o prédio da Escola Normal apresentava tais características. Outras edificações seguiam os ditames da arquitetura tradicional, pois, como bem afirmou José Marianno, "o plano de construção de edifícios escolares do Distrito Federal foi iniciado, dentro da orientação tradicionalista"<sup>31</sup>. A escola para "débeis", Antonio Prado Jr. (Foto 4)<sup>32</sup>, construída na Quinta da Boa Vista, também era representativa. Colunas de inspiração dórica serviam de apoio à pérgola que decorava o pátio interior, ornado por uma fonte colonial. Os muros eram encimados com volutas decorativas. Salas de aula bem iluminadas e ventiladas, ofereciam um exemplo da integração entre o padrão arquitetônico tradicional e os princípios pedagógicos da Escola Nova. O discurso técnico assim referendava a organização espacial das salas:

"A aeração natural é garantida pelo sistema de cortinas e janelas basculantes, dispostas em pontos escolhidos de acordo com as direções dominantes das correntes aéreas. Todas as salas de aula estão defendidas da insolação durante o período de trabalho escolar por meio de varandas colocadas ao ocidente ou por janelas basculantes verticais com quadros de venezianas basculantes horizontais. A iluminação das salas foi calculada de modo que cada aluno disponha de uma intensidade luminosa de 18 velas por pé quadrado. Nos dias de grande luminosidade, as régua basculantes graduam a intensidade da luz. Evitam-se desta forma os graves inconvenientes que resultam para os órgãos da visão dos alunos em locais mal iluminados ou de iluminação excessiva."

"Os quadros-negros estão dispostos em placas construídas de argamassa cuidadosamente estudada e estendem-se ao longo de três paredes com faixa de cento e vinte centímetros de largura, colocada sessenta centímetros acima do solo."

"Essas medidas obedecem rigorosamente aos gráficos feitos para que cada aluno tenha a base do cone de visão distinta projetada no interior do quadro. Acima e abaixo dessa faixa não há frisos decorativos nem cores em barra que perturbem a projeção luminosa na retina. As cores interiores são o verde neutro claro ou o amarelo de âmbar que foram aplicadas conforme a orientação das salas"<sup>33</sup>.

A Escola Estados Unidos (Foto 5)<sup>34</sup>, com um padrão construtivo mais simples, também trazia um pátio central, a exemplo das demais escolas, circundado por dois pavimentos com arcarias<sup>35</sup>. A concepção arquitetônica de pátios internos, aliás, destacava uma preocupação disciplinar. Como ressaltado anteriormente, o desenho claustral fixava os estudantes em um espaço restrito, facilmente visível e controlável

31. MARIANNO FILHO, J. O problema arquitetônico nacional. *Op. cit.* p. 53.

32. IEB. Arquivo Fernando de Azevedo, Pasta 2, Fotog. n.50.

33. *Boletim de Educação Pública*, Fatos e iniciativas, Ano I, n.3, jul./set. 1930. p. 267-268.

34. IEB. Arquivo Fernando de Azevedo, Pasta 2, Fotog. n. 39.

35. Beatriz de Oliveira, ao abordar a arquitetura carioca, no período de 1920 a 1940, afirma que as construções da reforma azevediana "...obedeceram ao modelo de planta dos Colégios, Seminários ou residências jesuítas do período colonial: o da quadra, com seu pátio interno, circundado por galerias avarandadas, que fazia a circulação entre os ambientes". (OLIVEIRA, B.S.de. *A modernidade oficial: a arquitetura das escolas públicas no Distrito Federal (1928-1940)*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. p. 85).

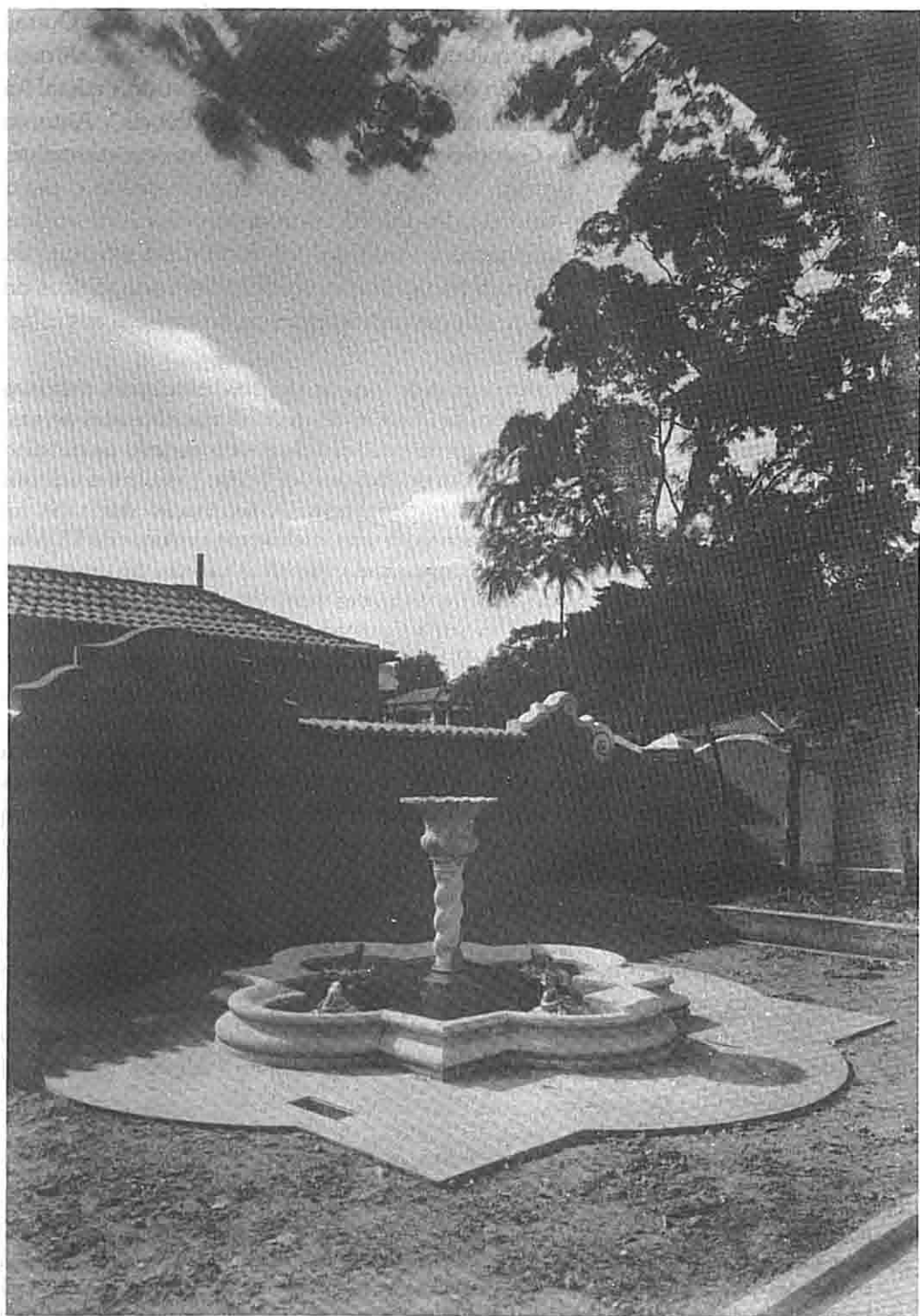


Foto 4: Escola Antonio Prado Junior: construída na Quinta da Boa Vista, contrasta a solidez do edifício com a leveza do entorno.

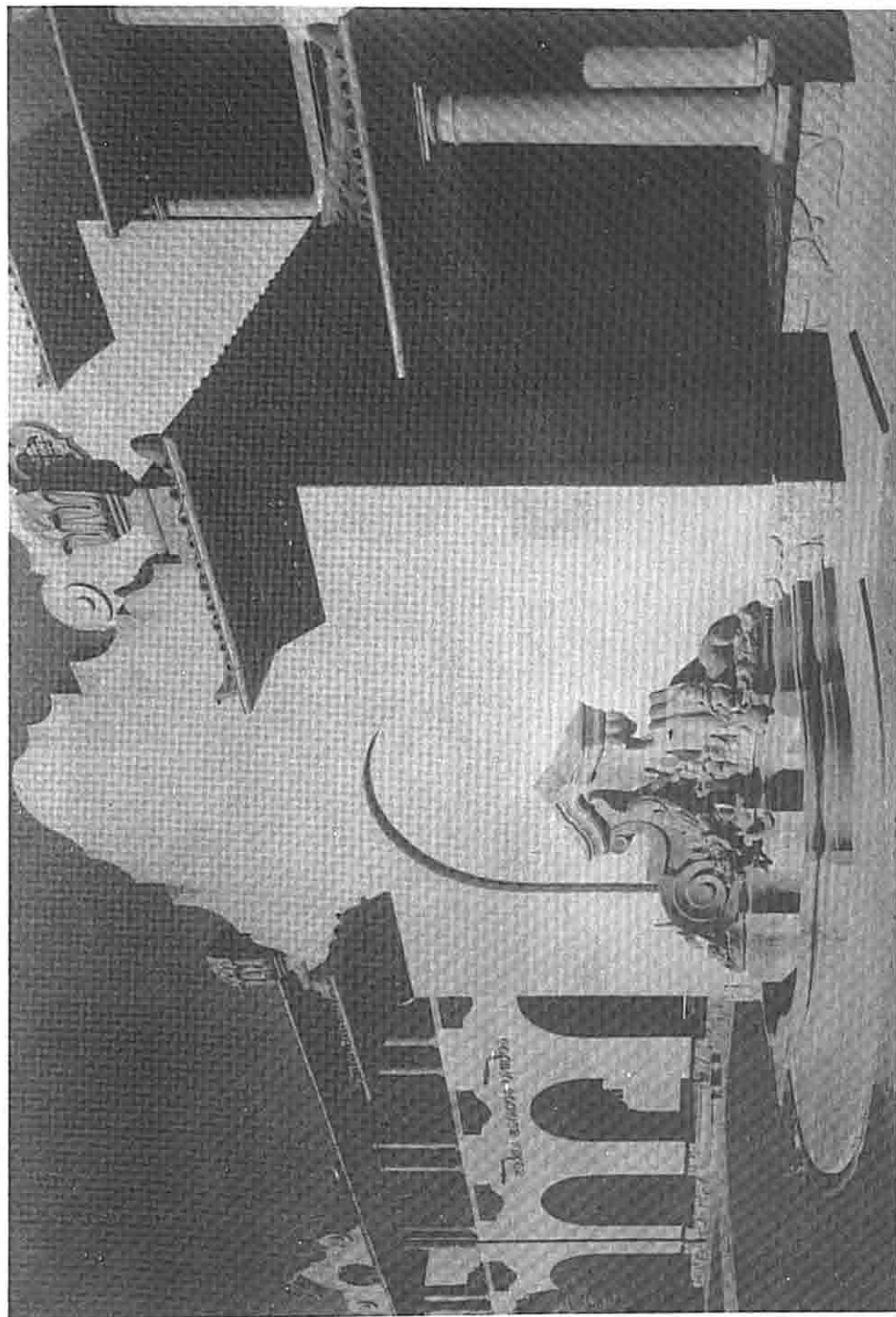


Foto 5: Escola Estados Unidos: no traçado simples, alguns elementos da fachada se destacam, impondo o neocolonial.

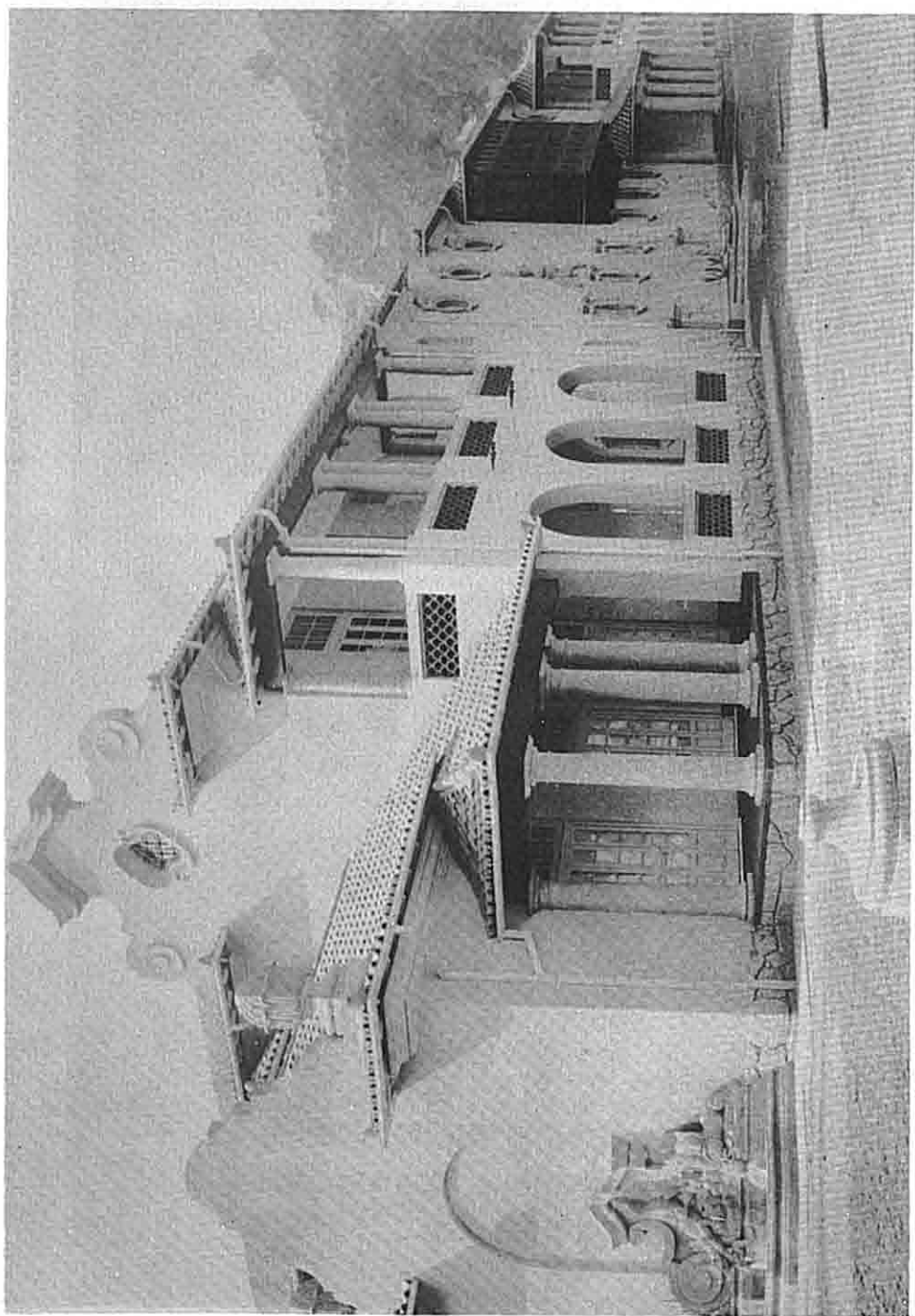


Foto 6: Escola Estados Unidos: luz e sombra realçam o partido dos tijolos e dos muxarabis.



por qualquer um que se assomasse às sacadas. Corredores avarandados, além de protegerem as salas da iluminação excessiva, ofereciam uma área de recreio. Nas varandas, tijolos vazados, traziam à memória os muxarabis, elementos mouros da arquitetura portuguesa (Foto 6)<sup>36</sup>. Por fim, na fachada, duas fontes e frontões, decorados com volutas, emprestavam ao edifício o aspecto *neo-colonial*.

A inspiração tradicionalista da arquitetura escolar carioca não era casual. Ao contrário, seguiu o desejo de Azevedo de imprimir um cunho nacionalizante a sua administração, e de dar visibilidade a sua proposta educacional, denotando, inclusive, a forma como o Diretor Geral se apropriara dos enunciados escolanovistas. Os anos 20, conturbados por manifestações operárias e das classes médias, questionavam as estruturas de poder assentes na sociedade brasileira. Um novo discurso, de caráter técnico e científico, afirmando-se renovador, emergiu com o objetivo de conter os movimentos sociais, aliando a retórica da negação ao velho a novas práticas de poder. A construção do homem brasileiro foi uma das estratégias utilizadas na produção de uma nova ordem social. O tema do nacional homogeneizava as diferenças culturais em nome de um modelo de cidadão. A educação técnica, dizendo-se apolítica, construía a imagem de uma sociedade ideal, sem conflitos, harmonizada pelos desejos do Estado.

A arquitetura cumpria uma função simbólica e didática. Distinguindo a escola no conjunto das instituições, delegava-lhe signos de ascensão social e diferenciava os saberes do educador e do arquiteto dos leigos que atuavam na política e da população em geral, constituindo-lhes um lugar autorizado para emissão de discursos e práticas discursivas. Oferecendo à contemplação elementos tradicionais, servia como exemplo de nacionalidade: manifestava na pedra o culto à ordem e ao equilíbrio.

#### NACIONALISM AND TRADITION IN THE DISCOURSE OF FERNANDO DE AZEVEDO

**ABSTRACT:** When Fernando de Azevedo was Director of Public Instruction in the Distrito Federal, the years 1927-1930, he intended to organize the city educational praxis in order to product, in the student, the national, and, inside the schools, the nationality spirit. To realize this politic-educational proposal, he made use of discourses and practices of attachment to the brazilian tradiction, simbolized by the choice of neo-colonial style for schools edification.

**KEYWORDS:** Nacionalism; neo-colonialism; architecture; Federal District (1927-1950); worker; citizen and immigrant.

36. IEB. Arquivo Fernando de Azevedo, Pasta 2, Fotog. n. 40.